

INFORMS

**INFORMATIVO
MERCO SHIPPING**

**RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO**

**Edição 009/2022
Data: 25/01/2022**



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	3
CHEGADA DE CARGAS AO PORTO DE SANTOS SERÁ MAIS RÁPIDA COM TRECHO NORTE DO RODOANEL.....	3
FREDERICO BUSSINGER: DE NOVO, UMA NOVA POLIGONAL PARA O PORTO DE SANTOS	4
GOVERNO DE SÃO PAULO VAI LICITAR RODOANEL NORTE; OBRA BENEFICIARÁ PORTO DE SANTOS	5
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP	6
SPA PROTOCOLA MODELAGEM DA FERROVIA INTERNA DO PORTO DE SANTOS (FIPS) NO TCU	6
DP WORLD SANTOS RECEBE NOVA LINHA DE SERVIÇO QUE CONECTA AMÉRICA DO SUL À ÁSIA	7
PORTO DO ITAQUI ABRE PRIMEIRA TURMA DE RESIDÊNCIA PORTUÁRIA	7
BP BUNGE BIOENERGIA OBTÉM CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL QUE ATESTA SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO DE ETANOL	9
APLICATIVO MOSTRA OPERAÇÕES DO PORTO DE SUAPE EM TEMPO REAL	10
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	11
SEIS EMPRESAS HABILITADAS PARA TRAZER GÁS DA BOLÍVIA	11
ANEEL HOMOLOGA RESULTADO DO LEILÃO DE ENERGIA NOVA A-5 DE SETEMBRO DE 2021	14
JORNAL O GLOBO – RJ	16
FMI REVÊ PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DO BRASIL PARA PERTO DE ZERO EM 2022	16
GUEDES QUER SISTEMA PARA REVELAR RESPONSÁVEIS POR INDICAÇÕES POLÍTICAS PARA CARGOS PÚBLICOS	16
REUNIÃO DE GRUPO QUE DISCUTE MODELO DE CONCESSÃO DO SANTOS DUMONT É SUSPENSA A PEDIDO DO GOVERNO DO RIO.....	18
BRASIL É CONVIDADO PELA OCDE A NEGOCIAR ADESÃO AO ORGANISMO INTERNACIONAL	19
ARRECADAÇÃO FEDERAL SOMA R\$ 1,878 TRILHÃO E BATE RECORDE EM 2021	20
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	22
PORTOS DE PARANAGUÁ, SÃO FRANCISCO DO SUL E RIO GRANDE SÃO QUALIFICADOS NO PPI	23
GOVERNO TEME QUE TEMPO DE ANÁLISE PELO TCU TRAVE PRIVATIZAÇÕES.....	23
ARRECADAÇÃO FEDERAL SOMA R\$ 1,87 TRILHÃO EM 2021 E BATE RECORDE HISTÓRICO.....	24
PETROBRAS QUESTIONA MOTIVO PARA INVESTIGAÇÃO NO CADE SOBRE ABUSO EM PREÇO DE COMBUSTÍVEIS	25
VALOR ECONÔMICO (SP)	27
LEILÃO DA SPA PREVÊ APORTES DE R\$ 16 BILHÕES	27
PRIVATIZAÇÃO DA CODESA ATRAI DÚVIDAS E INTERESSE.....	28
ÁFRICA DO SUL DECIDE SOBRETAXAR FRANGO DO BRASIL.....	29
CONSUMO DE AÇO EM 2021 CRESCER 23%	30
GOVERNO QUALIFICA TRÊS PORTOS DA REGIÃO SUL NO PPI	31
PORTAL PORTOS E NAVIOS	31
ANTAQ AUTORIZA EBNS, REGISTROS E MOVIMENTAÇÃO DE GRANEL SÓLIDO	31
EPL IDENTIFICA INTERESSE DE INVESTIMENTOS EM LOGÍSTICA NO MS	32
4,2 MILHÕES DE TEUS EM NAVIOS PORTA-CONTÊINERES FORAM ENCOMENDADOS NO ANO PASSADO	33
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	33
MERCOSHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS	34



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

CHEGADA DE CARGAS AO PORTO DE SANTOS SERÁ MAIS RÁPIDA COM TRECHO NORTE DO RODOANEL

Governo de São Paulo anunciou que fará licitação do importante obra logística

Por: **Fernanda Balbino**



Obras do trecho Norte do Rodoanel foram paralisadas há alguns anos, após indícios de irregularidades Foto: Carlos Nogueira/AT/Arquivo

O trajeto de regiões como o Sul de Minas Gerais em direção ao Porto de Santos poderá ser agilizado em até quatro horas a partir a construção do trecho Norte do Rodoanel. Segundo especialistas, a obra é aguardada há anos e, assim como o anel ferroviário, poderá agilizar o acesso de cargas aos cais santista. Porém, eles fazem um alerta: a nova alternativa rodoviária também pode facilitar a fuga de cargas a

outros complexos portuários nacionais.

O plano do Governo do Estado é que o Trecho Norte contribua para retirar, do Centro de São Paulo os veículos comerciais que têm como destino o Porto de Santos. Com a parte Norte, o Rodoanel interligará as rodovias Presidente Dutra e Fernão Dias com o Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), principal acesso terrestre aos cais santista.

De acordo com o projeto original, a expectativa é de que 75 mil veículos passem por dia pelo trecho Norte. Destes, 35 mil serão só caminhões - 18 mil deixariam de entrar em São Paulo em direção a outros destinos, como o complexo santista.

No último sábado (22), o Governo do Estado anunciou o plano de retomar as obras deste trecho, paralisadas após uma série de irregularidades. Para o economista e professor universitário Helio Hallite, o lapso temporal representa uma eternidade quando é analisada a importância logística da obra, na mobilidade da produção e distribuição, entregas de exportações e importações.

“Nesses anos, dois novos grandes terminais de contêineres se instalaram, além da forte expansão do agronegócio e das operações com grandes líquidos. O mais triste é que, sendo uma obra inacabada, foi alvo de investigações de superfaturamento. Espero que a conclusão ocorra nos próximos dois anos. Na Ásia, por exemplo, esse trecho seria entregue em seis ou oito meses”, afirmou Hallite.

Segundo o especialista, com o tramo Norte, haverá uma “melhora importante na mobilidade entre o Porto e a Região do Vale do Rio Paraíba”.

Outro projeto importante de atração de cargas para o Porto de Santos é o Ferroanel. É o que aponta o engenheiro Marcos Vendramini.

“Eu acho que sempre há impacto e creio que até mais positivo, de atração de cargas, do que negativo, a fuga das mesmas. De todo modo, o impacto que um Rodoanel traz é sempre inferior ao de um Ferroanel, uma vez que as cargas rodoviárias possuem uma permeabilidade urbana e não requerem grandes infraestruturas de carga ou descarga tanto na origem como no destino”, explicou.

Segundo o especialista, as cargas transportadas através do modal ferroviário requerem infraestruturas de carga e descarga específicas, “dedicadas e de muito maior custo, representando um comprometimento comercial e logístico muito mais significativo”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/01/2022

FREDERICO BUSSINGER: DE NOVO, UMA NOVA POLIGONAL PARA O PORTO DE SANTOS

Ele é consultor, engenheiro e economista

Por: Frederico Bussinger



Foto: Santos Brasil/Divulgação

A Portaria 66, de 18 de janeiro, oficializou uma nova poligonal para o Porto de Santos. A iniciativa em si não é uma surpresa, pois alguns sinais de fumaça já haviam sido emitidos por autoridades em 2021. Mas, aparentemente, há pontas soltas no processo, considerando-se a magnitude das modificações, a complexidade do Porto e as implicações futuras, quando se anuncia uma ainda não clara desestatização (privatização).

Formalmente, chamou atenção a não realização de uma audiência pública prévia. É verdade que não há exigência legal explícita para tanto. Mas, a Lei Federal 9.784/99, que regula o tema, faculta (quase que recomenda!) à administração “abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros” quando “a matéria do processo envolver assunto de interesse geral”. Não é esse o caso?

Aliás, mais que uma interpretação, esse foi justamente o fundamento para que o mesmo Ministério da Infraestrutura convidasse, via Portaria 1.483, de 6 de dezembro, “os interessados a participarem do procedimento de consulta pública (...) para a adaptação da poligonal da área do Porto de Suape (PE)”. Seriam dois pesos e duas medidas?

Bem! Sempre poderá ser invocada uma audiência pública realizada em 12 de abril de 2018. Porém, nesse caso, algumas questões precisariam ser enfrentadas. O que nela está proposto não foi consumado na poligonal de 30 de junho de 2020, anunciada como exemplo de planejamento a longo prazo, de segurança jurídica e base para vultosos investimentos e geração de milhares de postos de trabalho?

Além disso, parte do ora agregado à área do porto organizado (APO) pela novíssima poligonal efetivamente constava da proposta apresentada na oportunidade. Entretanto, foi desconsiderada pela poligonal de 2020. Por que essa mudança de estratégia em apenas um ano e meio?

No mérito, a mudança visa à ampliação da APO. Na visão do copo meio cheio, ela estaria sendo praticamente dobrada (mais 6 km² sobre os atuais 8 km²). Na visão do copo meio vazio, a área resultante é cerca de metade da que foi originalmente definida por uma portaria de 1993, que abrangia todo o Estuário e, ao longo do tempo, foi sistematicamente reduzida, em sentido inverso ao da recente portaria.

Motivação? O que se noticia, implícita ou explicitamente, é o aumento da atratividade ao processo de desestatização, cuja consulta e audiência pública são anunciadas para breve. Ou seja: aumento dos ativos à disposição do futuro outorgado para comercialização. Alguns, todavia,

questionam essa possibilidade (ao menos de imediato), visto que alguns desses locais estariam hoje sob domínio útil de privados e outros são áreas de preservação ambiental.

Mais que as grandes dimensões das mudanças, todavia, talvez tenham sido os pequenos detalhes que mais chamaram atenção no mapa da nova poligonal. Por exemplo, à DPW, dois novos enclaves foram agregados à APO: uma grande área à direita de Bagres (área que constava da proposta de 2018) e uma pequenina área à esquerda. Ué! Se o objetivo é aumentar os ativos, por que deixá-las de fora?

Ambas são TUPs. Não se trata, apenas, de uma curiosidade: o que esse contorcionismo normativo estabelece é a APO regida por determinadas normas, enquanto nesses “enclaves” há regras distintas, como já identificou o Tribunal de Contas da União (TCU).

Vale a discussão se isso é bom ou ruim. Mas o certo é que o “ambiente concorrencial em bases isonômicas”, diretriz-mór das melhores práticas de reformas portuárias pelo mundo, ao menos no futuro próximo pode sofrer mais um abalo.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 25/01/2022

GOVERNO DE SÃO PAULO VAI LICITAR RODOANEL NORTE; OBRA BENEFICIARÁ PORTO DE SANTOS

O investimento previsto na concessão é de cerca de R\$ 3 bilhões

Por: Redação



A previsão é de que o edital seja publicado nos próximos dias Foto: Divulgação

Um decreto do Governo de São Paulo autorizou, no sábado (22), a abertura de licitação para a conclusão do trecho Norte do Rodoanel Mario Covas. O investimento previsto na concessão é de R\$ 3 bilhões, de acordo com a publicação no Diário Oficial do Estado. A previsão é que o edital seja publicado nos próximos dias.

O Rodoanel é um anel viário que liga as principais rodovias que chegam à capital. O trecho Norte é a última etapa do projeto, com acesso ao Aeroporto de Guarulhos. Foi iniciado em 2013 e acumula uma série de irregularidades que levaram o Governo a extinguir a estatal até então responsável por sua execução, a Dersa.

Pela publicação, a licitação será realizada na modalidade de concorrência internacional. Todo o processo licitatório deverá ser realizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp).

A concessão terá validade de 31 anos a partir da data de assinatura do contrato. A empresa vencedora precisará concluir as obras físicas do trecho Norte, ampliando, assim, a malha rodoviária. Além disso, ela será responsável por administrar, operar e fazer a manutenção da via.

“A concessão vai permitir a conclusão do Rodoanel Norte, que terá um papel importante para o crescimento econômico do Estado, redefinindo a plataforma logística de transportes e ampliando o escoamento da produção ao Porto de Santos”, afirmou o secretário estadual de Logística e Transportes, João Octaviano Machado Neto.

Paralisação

O trecho Norte do Rodoanel está paralisado desde dezembro de 2018 e é o último pendente do sistema rodoviário. Ele possui 44 quilômetros de extensão no eixo principal, passando pelos municípios de São Paulo, Arujá e Guarulhos.

Com a conclusão dessas obras, o Rodoanel terá 177 quilômetros de extensão, e fará a ordenação do trânsito de passagem pela Região Metropolitana de São Paulo, diminuindo congestionamentos e liberando a malha viária interna para o trânsito local.

De acordo com o Governo do Estado, a modelagem dessa licitação inclui, entre outros destaques, novos mecanismos contratuais e inovações tecnológicas na prestação de serviços, tais como verificação de projetos por meio de empresa certificadora, utilização da metodologia International Road Assessment Programme e emprego de sistema de gerenciamento de obras por meio de Building Information Model, adoção de sistemática free flow em trecho do sistema rodoviário e utilização de mecanismo de compartilhamento de risco de demanda.

Obras

A Secretaria de Logística e Transportes fez uma análise técnica, jurídica e econômica dos contratos, levantando toda a documentação relacionada à obra, cruzando estas informações com vistorias periódicas aos 44 km do trecho Norte.

Paralelamente, o Governo de São Paulo contratou o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) para a realização de um laudo técnico e independente sobre o estado das obras.

Falhas

No início de 2020, o estudo do IPT foi divulgado com 1.291 falhas na construção do trecho Norte, das quais 59 foram consideradas grandes. A condição dos túneis também foi criticada - um deles chegou a desabar em 2015, provocando um prejuízo de R\$ 39 milhões na época.

A novela segue, no entanto, sem prazo para terminar. As empresas que tiveram seus contratos cancelados contestam a auditoria e brigam na Justiça para receber por serviços que alegam já terem sido executados.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 25/01/2022



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

SPA PROTEGE MODELAGEM DA FERROVIA INTERNA DO PORTO DE SANTOS (FIPS) NO TCU

Informação: Santos Port Authority (25 de janeiro de 2022)

Mais um importante passo para encaminhar um investimento essencial para expansão da capacidade ferroviária do Porto e evitar um gargalo logístico.

O projeto prevê obras de implantação de uma pera ferroviária, eliminação de conflitos rodoferroviários e implantação de novos acessos rodoferroviários.

O sistema ferroviário do complexo santista tem capacidade para aproximadamente 50 milhões toneladas/ano, tendo movimentado 48,8 milhões de toneladas em 2020. É a SPA trabalhando para endereçar problemas históricos e garantir que o Porto não se torne um entrave ao desenvolvimento do País.

Os novos leilões de terminais previstos no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) associados às renovações das ferrovias que deságuam no Porto de Santos demandam duplicar a

capacidade sobre trilhos para fazer frente às projeções de cargas previstas pelos próximos 5 a 10 anos.

Dessa forma a FIPS é fundamental para atender ao aumento de capacidade de movimentação do Porto, alinhado ao crescimento do País.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 25/01/2022

DP WORLD SANTOS RECEBE NOVA LINHA DE SERVIÇO QUE CONECTA AMÉRICA DO SUL À ÁSIA

Fonte: Santaportal (25 de janeiro de 2022)



Foto: Reprodução Santaportal / DP World

A partir de janeiro, a DP World Santos, um dos maiores e mais modernos terminais privados multipropósito do país, instalado na margem esquerda do Porto de Santos, passa a oferecer uma nova linha de serviço regular, o Far East India Latin America Service (FIL Service), do armador HMM.

Inauguraram o serviço no dia 7 de dezembro de 2021, quando o navio HMM Goodwill saiu do porto de Busan, na Coreia. No dia 21 de janeiro, a embarcação chegou ao Brasil para ser operado pelo terminal da DP World Santos.

O navio Hyundai Goodwill foi construído em 2008, sob a bandeira da Coreia, tem capacidade de 4.571 TEUs e mede 294,1 metros de comprimento.

Sendo assim, inicialmente, o serviço contará com sete navios. Então, ao longo de 2022, serão 12 ao total. Escalando os seguintes portos em três continentes: Ásia (Busan/Shanghai/Hong Kong/Ningbo/Shekou/Singapore/Kattupalli, na Índia), África do Sul (Durban), América do Sul (Santos/Paranaguá/Itapoá/Navegantes/Buenos Aires/Montevidéo), e retornando à Ásia (Singapore/Hong Kong/Busan).

Portanto, a expectativa é de movimentar 2 mil TEUs para cada navio do novo serviço.

“Com a operação da nova linha FIL Service, ampliamos a competitividade dos produtos dos nossos clientes. Ao mesmo tempo em que contribuimos para construir uma boa conectividade com outros portos a partir do Porto de Santos”, explica Márcio Medina, Diretor Comercial da DP World Santos.

Contudo, além do Hyundai Goodwill, outros navios do armador integram este serviço e terão operação na DP World Santos. São eles: Hyundai Prestige, Hyundai Paramount, Hyundai Platinum, Hyundai Busan, Hyundai Integral, e Hyundai Shanghai.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 25/01/2022

PORTO DO ITAQUI ABRE PRIMEIRA TURMA DE RESIDÊNCIA PORTUÁRIA

Informação: EMAP - Porto do Itaqui (25 de janeiro de 2022)

A turma inaugural do Farol, o primeiro programa de residência portuária realizado por um porto público no país, iniciou as atividades neste mês, com bolsistas selecionados em edital público. O Farol integra o Porto do Itaqui Labs, programa de inovação do Porto do Itaqui, com o objetivo de consolidar o porto público do Maranhão como polo de conhecimento por meio do fomento à pesquisa, incentivo à inovação e preparação de profissionais maranhenses para o mercado de trabalho nos setores marítimo, portuário e logístico.

A iniciativa, uma realização da EMAP – Empresa Maranhense de Administração Portuária em parceria com a FAPEMA – Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão, integra um conjunto de ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação que ao longo deste ano será ampliado para outras áreas do conhecimento.



Em parceria com a FAPEMA, EMAP iniciou as atividades do Programa Farol neste mês, com 10 bolsistas selecionados em edital público – Foto: Porto do Itaqui

“Esperamos, com esse programa, contribuir para o fortalecimento da relação porto-cidade, gerando um ambiente que possibilite a entrega de soluções inovadoras para os desafios desses setores e ao mesmo tempo

proporcionar oportunidades para a população maranhense”, afirma o presidente do Itaqui, Ted Lago

Para essa primeira turma foram selecionados 10 bolsistas com até três anos de formação no ensino superior, em áreas estratégicas para o setor portuário: administração, comunicação, engenharia civil e mecânica, engenharia da computação, oceanografia e ciência e tecnologia. A jornada de um ano será focada no desenvolvimento de soluções para desafios mapeados no porto público do Maranhão, dentro de um processo de construção coletiva do conhecimento.

“Esse convênio possibilita que a pesquisa aplicada seja realizada com objetivo de resolver problemas reais, atrelados à área portuária e que influenciam pesquisadores das mais diversas áreas do estado do Maranhão”, diz o diretor-presidente da FAPEMA, André Santos.

A expectativa é apresentar respostas para os desafios comuns, sempre avançando na direção de resultados cada vez melhores para toda a cadeia logística envolvida na atividade portuária. Neste mês a turma passa por uma imersão no ecossistema portuário, por meio de visitas técnicas e reuniões com equipes das instituições que integram as ações do Farol: a Autoridade Portuária, empresas e terminais do porto organizado do Itaqui. Passada essa primeira fase o grupo trabalhará na remodelagem dos projetos apresentados, de modo que se alinhem às necessidades do Porto do Itaqui.

Porto para o futuro

Enquanto a primeira turma do Farol vai dando os primeiros passos em sua jornada, o Porto do Itaqui olha para a frente e começa a estruturar o Farol 2.0 – Porto para o Futuro, que é a continuidade da parceria com a FAPEMA, só que em um escopo muito mais amplo. São quatro frentes de atuação: concessão de bolsas para estudantes de mestrado e doutorado, financiamento a projetos de pesquisa, intercâmbio entre portos do Brasil e do mundo e o Prêmio Porto do Itaqui para valorizar as produções acadêmicas de excelência.

André Santos explica que a FAPEMA e a EMAP estão realizando um convênio que congrega quatro possibilidades aos pesquisadores maranhenses: “Um edital específico para bolsas de mestrado e doutorado voltadas a estudos ligados à área de portos; um edital de premiação semelhante ao Prêmio Fapema para projetos desenvolvidos com a temática de portos, inclusive para jornalistas, inventores e alunos do ensino médio; um edital que possibilita que alunos graduandos e graduados realizem estágio em portos de outros países e, por fim, um edital que financiará projetos ligados às necessidades da área portuária”.

Além dessas iniciativas alinhadas ao Porto do Itaqui Labs, a EMAP mantém seu programa de estágio para estudantes de nível médio e superior. Atualmente são 53 estagiários em atividades, 14 em nível técnico – nas áreas de Administração, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho) – e

39 em nível superior – graduandos dos cursos de Administração, Arquitetura, Ciências da Computação, Design, Direito, Economia, Enfermagem, Engenharias Civil, de Produção, Elétrica e Mecânica, Gestão Portuária e Tecnologia da Informação.

A empresa conta ainda com cinco alunos de nível médio do Programa Jovem Aprendiz e todos os anos recebe, no segundo semestre, 20 estudantes do IEMA – Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – das áreas de Logística, Meio Ambiente, Informática, Áudio e Vídeo e Eventos – para estágio curricular.

Todas essas ações estão relacionadas ao Programa de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação da EMAP, em fase de construção. Para dar suporte nessa jornada foi criado um grupo de trabalho formado pela equipe do programa de inovação da EMAP e professores de universidades públicas e privadas maranhenses que atuam de forma voluntária como um comitê consultivo.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 25/01/2022

BP BUNGE BIOENERGIA OBTÉM CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL QUE ATESTA SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO DE ETANOL

Informação: Revista Cultivar (25 de janeiro de 2022)



Mario Lindenhayn, presidente executivo e do Conselho de Administração da BP Bunge Bioenergia

As 11 unidades agroindustriais da BP Bunge Bioenergia passam a contar com a certificação da Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA — Environmental Protection Agency). O registro verifica a sustentabilidade do processo produtivo do etanol e do negócio e ainda permite a exportação do biocombustível para o mercado americano.

Presente nos estados de Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Tocantins e Mato Grosso do Sul, com atuação em 54 municípios, a BP Bunge tem capacidade de produzir 1,7 bilhão de litros/ano de etanol por safra. Fonte limpa e renovável, o uso do etanol proporciona uma redução de até 90% da emissão de GEE (Gases de Efeito Estufa) comparado à gasolina, quando avaliado o ciclo de vida completo do combustível.

Para Mario Lindenhayn, presidente executivo e do Conselho de Administração da BP Bunge Bioenergia, a procura global por energia segura e renovável e com baixas emissões de carbono tende a ficar cada vez mais crescente. “E os biocombustíveis, como o etanol, serão parte fundamental nessa transição energética para um modelo mais sustentável e menos poluente”, afirma.

“Queremos desempenhar um papel de liderança em uma transição rápida para um futuro de baixo carbono. Essa certificação em todas as nossas unidades é mais um passo nessa direção e está em linha com a nossa agenda de compromissos para 2030, que traz metas voltadas às mudanças climáticas com foco na redução de emissões”, explica Lindenhayn.

As plantas agroindustriais da BP Bunge Bioenergia seguem padrões internacionais de qualidade, com certificações para segurança do alimento e sustentabilidade dos produtos. Além da EPA, todas as unidades da empresa também são certificadas para o Renovabio, política nacional de incentivos à biocombustíveis e estabelecida para a redução dos gases de efeito estufa.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 25/01/2022

APLICATIVO MOSTRA OPERAÇÕES DO PORTO DE SUAPE EM TEMPO REAL

Fonte: Agência Porto (25 de janeiro de 2022)



Imagem: Suape

A comunidade portuária e a população em geral dispõem agora, na palma da mão, de nova ferramenta com as principais informações sobre o Complexo Industrial Portuário de Suape. Produzido pela Diretoria de Planejamento e Gestão da empresa, o App Suape reúne informações sobre tráfego marítimo, operações portuárias,

projetos socioambientais, relação das empresas instaladas no território, além de notícias da estatal e uma gama de outros elementos disponíveis no site oficial.

O aplicativo é o primeiro produto do Programa de Inovação de Suape, que deverá transformar o atracadouro pernambucano em um dos mais modernos do país. Outra ação importante do programa é a parceria com o Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife (CESAR), para o desenvolvimento de ferramenta que será a base do Port Community System (PCS), já usado em vários atracadouros do mundo e que tem por objetivo aperfeiçoar o fluxo de dados e a troca de informações entre os diversos atores envolvidos nas operações portuárias.

A grande novidade do App é o monitoramento das atividades portuárias em tempo real. Atrrelado ao “Marine Traffic”, serviço online de rastreamento de navios usado em todo o mundo, a função consegue, por exemplo, determinar e apontar em um mapa quantas embarcações estão a caminho de Suape e informações relevantes, como o tipo de carga transportada, previsão de chegada, últimos portos onde atracaram, além de uma série de dados relevantes que facilitam a logística das operações em terra.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

“A indústria naval vem se aprimorando e precisamos acompanhar esse desenvolvimento. A implantação desse aplicativo é um importante passo para Suape, pois a realidade atual, na qual o funcionamento dos portos se mostra tão essencial para o abastecimento da população, só reforça a necessidade de darmos seguimento a esse processo de transformação digital e consolidação de Suape, não apenas como um dos principais hubs logísticos do país, mas também um dos mais inovadores”, afirma o secretário de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco, Geraldo Julio.

O aplicativo também mostra os navios que já estão atracados ou fundeados no porto e as operações em andamento. “O lançamento do App Suape é a socialização das ferramentas que foram desenvolvidas a partir do SuapeGeo, que faz o monitoramento dos navios com destino a Suape. Esse tipo de informação está sendo disponibilizada ao público, gerando impacto direto na competitividade e ganho de produtividade para os operadores portuários, que saberão dia, hora e minuto em que as embarcações vão chegar”, explica o diretor de Planejamento e Gestão de Suape, Francisco Martins.

De acordo com o coordenador de Informação Territorial da empresa, José Gleidson Dantas, o SuapeGeo é uma plataforma já utilizada pela empresa. “É composta por um arranjo de tecnologia de geoprocessamento e geolocalização voltado para estudos e informações sobre os territórios continental e marítimo de Suape, que apoia as operações e a tomada de decisão em diversas esferas”, pontua.

TEMPO REAL



“Além de todas as informações do porto em tempo real, vamos disponibilizar outras seções no aplicativo que são igualmente relevantes. Em uma delas, apresentaremos os projetos socioambientais de Suape, desenvolvidos sob a ótica das boas práticas ESG (sigla em inglês para governança ambiental, social e corporativa). Suape não é só o porto. Nós cuidamos do meio ambiente e das comunidades inseridas no complexo com variados projetos, que serão apresentados à população através do aplicativo”, reforça o diretor-presidente de Suape, Roberto Gusmão.

Para quem necessita das informações para tomada de decisões que impactam nos negócios, o aplicativo traz uma série de benefícios. “Com ele, Suape está na vanguarda e se equipara aos portos mais modernos do mundo. A informação ‘just in time’ beneficiará o importador, o exportador, o armador e todo o setor portuário. É uma ferramenta vital para agregar valor para o desenvolvimento de Suape. Hoje, tudo depende de informação e isso traz muitas vantagens. Com isso, você vai administrar o tempo, o custo do navio e de toda a operação”, salienta Manoel Ferreira, diretor-presidente da Agemar, holding de referência no Nordeste no ramo de infraestrutura e logística.

O Aplicativo de Suape já se encontra disponível para download na plataforma Android. Para quem utiliza o sistema iOS, o aplicativo estará na App Store nos próximos dias.

LINK PARA ACESSO ÀS FUNCIONALIDADES DO APLICATIVO

[https://experience.arcgis.com/experience/1de77607cc584d0482cc3e5ea96a09ac/page/Bem-vindo/!](https://experience.arcgis.com/experience/1de77607cc584d0482cc3e5ea96a09ac/page/Bem-vindo!/)

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 25/01/2022



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

SEIS EMPRESAS HABILITADAS PARA TRAZER GÁS DA BOLÍVIA

Interessadas devem se manifestar até próxima segunda, 31 de janeiro. Envio de propostas será de 3 a 18 de fevereiro

Por epbr - 25 de janeiro de 2022 - Em Comece seu Dia, Mercado de gás, Mercados, Petróleo e gás

Contato da redação
epbr@epbr.com.br

Seis empresas estão habilitadas para participar da 3ª chamada pública do Gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol), que será realizada pela TBG em fevereiro. A manifestação de interesse deve ser feita até a próxima segunda, 31 de janeiro. Propostas de 3 a 18 de fevereiro.

- São 24,1 milhões de m³/dia de capacidade de entrada em Corumbá; além de 9 milhões de m³/dia na EMED Gascar; e 5 milhões de m³/dia na EMED Garuva.
- Volumes para 2022 a 2026.

— As empresas habilitadas:



- As distribuidoras de Santa Catarina (SCGás) e do Rio Grande do Sul (Sulgás) – esta última, comprada pela Compass Gás e Energia (Cosan);
- A NFE Power Latam Participações e Comércio, do terminal de GNL do Porto de Sergipe (em operação) e Santa Catarina e Pará (operação prevista para o trimestre de 2022).
- As comercializadoras Compass Comercialização; e Urca Comercializadora de Gás Natural – empresa que participou do projeto da Imetame de neutralização de emissões da Prosperidade III.
- E a própria Petrobras, que tem permanecido como a única carregadora no Gasbol.

— O edital e os contratos da CP3 do Gasbol foram publicados no fim de semana:

- Edital (.pdf)

https://epbr.com.br/wp-content/uploads/2022/01/CP3-Gasbol-edital.pdf?utm_source=pol%C3%ADtico+epbr&utm_campaign=51f169d3fc-politico202100602_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_669889231b-51f169d3fc-179214465

- Contrato de entrada (.pdf)

https://epbr.com.br/wp-content/uploads/2022/01/CP3-Gasbol-contrato-entrada.pdf?utm_source=pol%C3%ADtico+epbr&utm_campaign=51f169d3fc-politico202100602_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_669889231b-51f169d3fc-179214465

- Contrato de saída (.pdf)

https://epbr.com.br/wp-content/uploads/2022/01/CP3-Gasbol-contrato-saida.pdf?utm_source=pol%C3%ADtico+epbr&utm_campaign=51f169d3fc-politico202100602_COPY_01&utm_medium=email&utm_term=0_669889231b-51f169d3fc-179214465

Produção de óleo e gás não-Petrobras no país supera 1 milhão de boepd Pela primeira vez na história, a produção de petróleo e gás natural de outras petroleiras que não a Petrobras superou 1 milhão de barris de óleo equivalente por dia (boepd). A média foi registrada em 2021 e representa 27% de toda a produção de óleo e gás do país, informa o Valor.

— Os números da ANP mostram um gradual aumento da diversificação no setor. Em 2020, a Petrobras respondia por 74% de todo o volume de óleo e gás produzido no Brasil, 1 ponto percentual a mais que o registrado no ano passado. Em 2017, essa parcela era de 77%.

— Shell, Petrogal e Repsol Sinopec, sócias da estatal no pré-sal, figuram entre as três maiores produtoras fora a Petrobras no Brasil atualmente.

Enauta compra FPSO definitivo para Atlanta A Enauta anunciou nessa segunda (24/1) que comprou o FPSO OSX-2 para o sistema definitivo de produção do campo de Atlanta, em águas profundas da Bacia de Santos. A previsão da empresa é concluir a operação ainda neste trimestre, depois de cumpridas todas as condições contratuais.

— “Os termos negociados permitem que o projeto venha a ter um breakeven baixo e um retorno atraente. Se tivermos sucesso na sanção do projeto, a produção de Atlanta chegará à casa dos 50 mil barris de óleo por dia a partir de 2024, gerando expressivo valor para os nossos acionistas”, comentou Décio Oddone, CEO da Enauta.

— Em dezembro, a Enauta anunciou que assinou carta de intenções com a Yinson Holdings Berhad para engenharia de detalhamento e compromissos de long lead items para o FPSO.

Hugo Figueirêdo, presidente da Companhia de Gás do Ceará (Cegás), foi eleito presidente do Conselho de Administração da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás) até 2023. O executivo substituiu Rafael Lamastra Junior, da Compagas, do

Paraná. A vice-presidência segue com a Comgás, representada por Antonio Simões, presidente da distribuidora de São Paulo.

— Os demais conselheiros da Abegás para o biênio 2022-2023 são:

- Nordeste: Larissa Dantas (Potigás) e Luiz Raimundo Gavazza (BahiaGás);
- Norte: José Carlos Garcez (Gás do Pará);
- Sul: Rafael Lamastra Junior (Compagas);
- Sudeste: Pedro Magalhães (Gasmig) e Kátia Brito Repsold (Naturgy);
- Centro-Oeste: Rui Pires dos Santos (MSGás).

Gasolina e diesel sobem nas bombas pela segunda semana consecutiva O preço da gasolina subiu na semana passada, de acordo com dados da ANP. O valor médio do litro vendido nos postos do Brasil passou de R\$ 6,608, há duas semanas, para R\$ 6,664, entre os dias 16 e 22 de janeiro. Um avanço de 0,84% e a segunda alta semanal seguida.

— O litro do diesel também subiu, passando de R\$5,422, há duas semanas, para R\$ 5,582, na semana passada. Avanço de 2,95%, segundo a ANP. O Globo

Petróleo cai, apesar da tensão geopolítica O petróleo encerrou a segunda (24/1) em queda diante de um dólar mais forte no exterior. A queda ocorre apesar do temor dos investidores em relação a uma escalada nos conflitos geopolíticos, que poderia afetar a oferta da commodity.

— O Brent para março fechou a sessão em queda de 1,81%, a US\$ 86,30 o barril, enquanto o WTI para o mesmo mês caiu 2%, a US\$ 83,44 por barril. Valor

Manutenção do B10 faz BSBios congelar investimentos A BSBios, do ECB Group, do empresário Erasmo Carlos Battistella, decidiu congelar os investimentos que faria nos próximos dois anos para ampliar seu parque industrial, após a decisão do governo federal de manter o percentual de 10% de mistura de biodiesel ao diesel fóssil neste ano.

— Ao Valor, Battistella afirma que a companhia previa investir perto de R\$ 1 bilhão. Ele não detalhou os investimentos, mas disse que a empresa previa continuar ampliando a capacidade instalada de suas unidades e fazendo melhorias industriais. Em 2020 (último balanço disponível), a BSBios faturou R\$ 5,3 bilhões e investiu R\$ 33 milhões.

PDE 2031 traz mais energia elétrica, gás natural e nuclear A minuta do Plano Decenal de Energia (PDE 2031) indica tendência de crescimento do peso da energia elétrica no país, com incremento médio anual de 3,5%. O gás natural também se destaca, crescendo 4,9% a.a. e aumentando sua participação principalmente na indústria e setor energético.

— Os derivados de petróleo se mantêm como a principal fonte de energia final, com um crescimento médio de 1,6% anuais no período, com parte do mercado potencial sendo abatida por etanol hidratado e biodiesel, especialmente no setor de transportes.

— A demanda de etanol carburante (anidro e hidratado) parte de 28 bilhões de litros em 2021, cresce a 4,4% a.a. e atingirá 43 bilhões de litros em 2031. Já o consumo de biodiesel deve ter um crescimento de 3,7% ao ano.

— Lenha e carvão vegetal caem de 8,4% da matriz energética em 2021 para 6,8% em 2031. Em compensação, o carvão mineral mantém participação de 5,1% da matriz energética.

Gráfico 2 - 14: Consumo final de energia por fonte



Nota: Inclui biodiesel, lixo, outras renováveis e outras não renováveis.

Fonte: PDE 2031

— O PDE 2031 ainda prevê a contratação de uma nova usina nuclear de 1 GW de potência, na região Sudeste. A inclusão da fonte no cenário de referência atende a uma diretriz da política energética do governo Bolsonaro.

— Desde que o PDE foi criado, em 2005, é a primeira vez que a expansão do parque termonuclear entra no planejamento, com a contratação de uma nova usina. Até então, a fonte estava restrita a Angra 1 e 2, com 2 GW no total; e à conclusão das obras de Angra 3 (1,4 GW).

— A minuta do documento, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), foi divulgada nessa segunda (24/1) e vai receber contribuições até 23 de fevereiro.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 25/01/2022

ANEEL HOMOLOGA RESULTADO DO LEILÃO DE ENERGIA NOVA A-5 DE SETEMBRO DE 2021

Negociações envolveram 1.510 lotes que somam 25.145.452,80 MWh em contratos totalizando R\$ 5,9 bilhões

Por epbr - 25 de janeiro de 2022 - Em Setor elétrico



Com os recursos do certame, serão viabilizadas obras de 40 usinas, com capacidade somada de 860,796 megawatts (MW), e início do suprimento está previsto para 1º de janeiro de 2026

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) homologou, nesta terça (25/1), o resultado final do Leilão de Energia Nova A-5, de setembro de 2021, cujos investimentos atraídos somam cerca de R\$ 3,067 bilhões.

Com os recursos, serão viabilizadas as obras de 40 usinas, com a capacidade somada de 860,796 megawatts (MW) de potência, e o início do suprimento está previsto para 1º de janeiro de 2026.

O objetivo do leilão A-5 foi a contratação de energia elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fontes hídrica, eólica, solar fotovoltaica, e também

termelétricas a biomassa, gás natural, carvão mineral e de tratamento de resíduos sólidos urbanos.

Foram negociados 1.510 lotes, que somam 25.145.452,80 MWh, ao preço médio de venda de R\$ 238,37 por MWh. Os contratos somam R\$ 5,9 bilhões. O deságio médio foi de 17,48%.

Do lado comprador, cinco distribuidoras se interessaram em adquirir a energia oferecida pelas usinas participantes: Celpa, Cemar, CPFL Jaguarí, CPFL Paulista e Light.

O abastecimento será pelo período de até 25 anos, a depender do tipo de fonte, após firmados os contratos. Segundo a Aneel, os acordos foram fechados por um preço abaixo do valor nominal, gerando economia de R\$ 1.269 bilhão.

Leilões para 2022–2024 têm cronograma definido

O Ministério de Minas e Energia (MME) definiu em dezembro do ano passado os cronogramas de leilões para contratação de geração e concessão para transmissão de energia elétrica ao longo do triênio 2022–2024.

Os lotes dos leilões de transmissão previstos para o ano de 2022 somam cerca de R\$ 11 bilhões nos dois certames.

Para 2022 estão previstos oito leilões de energia ou de reserva de capacidade:

- Maio: um leilão de energia nova A-4
- Agosto: leilões de energia nova A-5 e A-6
- Setembro: leilão de reserva de capacidade (nos termos da lei 14182/21)
- Outubro: leilão para suprimento aos sistemas isolados
- Novembro: leilão de reserva de capacidade na forma de potência
- Dezembro: leilões de energia existente A-1 e A-2

Para 2023 e 2024 são 7 os leilões previstos:

- Março: leilões de reserva de capacidade (nos termos da lei 14182/21)
- Agosto: leilões de energia nova A-4 e A-6
- Outubro: leilões para suprimento aos sistemas isolados
- Novembro: leilões de reserva de capacidade na forma de potência
- Dezembro: leilões de energia existente A-1 e A-2

Confira, no quadro abaixo, como ficaram os resultados do leilão nº 8/2021:

Leilão de Energia Nova (LEN) A-5/2021						
Fonte	Nº de Projetos	Período de Suprimento	UF	Investimentos	Energia comercializada (MWh)	Deságio
Hidrelétricas	1	25 anos	SC	R\$ 0	6.092.203,200	0,00%
Eólicas	11	15 anos	BA, RN e PE	R\$ 633.482.400,00	3.655.588,800	16,04%
Solar	20	15 anos	CE, PI e SP	R\$ 901.661.880,00	3.984.328,800	12,63%
Térmicas (biomassa)	7	20 anos	AL, MG, MT, MS e SP	R\$ 1.011.993.330,00	9.309.492,000	25,68%
Térmicas (resíduos sólidos)	1	20 anos	SP	R\$ 520.000.000,00	2.103.840,000	14,03%
TOTAL	40	****	11 estados	R\$ 3.067.137.610,00	25.145.452,800	17,48%

Fonte: Aneel

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 25/01/2022



JORNAL O GLOBO – RJ

FMI REVÊ PROJEÇÃO DE CRESCIMENTO DO BRASIL PARA PERTO DE ZERO EM 2022

Nova previsão, de avanço de 0,3% do PIB, reflete impacto da inflação e de medidas da política monetária

Por Reuters

SÃO PAULO - O Fundo Monetário Internacional (FMI) rebaixou sua previsão de crescimento da economia brasileira em 2022 para perto de zero, fixando a estimativa em 0,3%.

“O combate à inflação disparou uma dura resposta da política monetária, que vai pesar na demanda doméstica”, disse o FMI em uma atualização de suas previsões no World Economic Outlook.

O fundo rebaixou as estimativas de crescimento para toda a América Latina, incluindo as duas principais economias da região. Os dois países tiveram reduções de 1,2 ponto percentual. No caso do México, a previsão recuou para 2,8%, enquanto para a região como um todo e o Caribe, o corte foi de 0,6 ponto percentual, com estimativa de 2,4% de crescimento.

O relatório cita inflação, políticas monetárias mais duras, além da previsão de avanço menor da economia americana, como fatores-chaves para as novas estimativas.

O México, diz o fundo, será impactado pelos mesmos variáveis, adicionando ainda um já esperado declínio na economia americana, o mais importante parceiro comercial do país vizinho.

“O rebaixamento (do crescimento) dos EUA traz a perspectiva de uma demanda externa menor que a prevista para o México em 2022”, diz o FMI.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/01/2022

GUEDES QUER SISTEMA PARA REVELAR RESPONSÁVEIS POR INDICAÇÕES POLÍTICAS PARA CARGOS PÚBLICOS

Ministro da Economia pediu à CGU inclusão no Portal da Transparência dos nomes de quem indicou e nomeou pessoas para postos no governo

Por Fernanda Trisotto



Ministro quer divulgar responsáveis pela indicação política de ocupantes de cargos no governo Foto: Gabriel de Paiva / Agência O Globo

BRASÍLIA – O ministro da Economia, Paulo Guedes, pediu em reunião com a Controladoria-Geral da União (CGU) que seja incluído no portal da transparência um mecanismo para identificar todas as indicações para cargos públicos, destacando os nomes dos responsáveis pela nomeação



e pela indicação.

O ministro disse que a medida valeria para todos os ministérios, bancos públicos, repartições e autarquias. O sistema contaria com o nome de quem nomeia e de quem indicou, listando todas as pessoas que endossaram aquela indicação.

— Isso é muito importante porque evidentemente a responsabilidade por atos, por falta de integridade eventual, é responsabilidade da pessoa que faltou com a integridade. Mas é importante que todos saibam quem cometeu o equívoco ou erro de indicar a pessoa inadequada para o cargo – afirmou Guedes a um podcast do próprio Ministério da Economia divulgado em dezembro.

De acordo com Guedes, a inclusão de um mecanismo desse tipo fará com que o país convirja para as melhores práticas mundiais e esteja no padrão da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Essa alteração foi um pedido do Ministério da Economia e do próprio Guedes. O trabalho de ajuste no portal da transparência seria feito em parceria entre a OCDE e a CGU.

A CGU informou que a solicitação de Guedes foi feita em reunião do Comitê Interministerial de Combate à Corrupção (CICC) e que está sendo analisada pela pasta. Questionada sobre o andamento do processo, a Economia não respondeu até a publicação dessa reportagem.

O peso das indicações políticas

Guedes disse que dar transparência ao anúncio de políticas públicas e indicações para as funções públicas só torna a comunicação com a sociedade melhor:

— Eu não tenho vergonha de nenhuma indicação que eu tenho feito. Todos os secretários são escolhidos por mim e eu não tenho vergonha. O presidente também não se envergonha e não tem problema nenhum de que todas as indicações de ministros que ele tenha feito sejam transparentes.

Nesta semana, um levantamento do GLOBO apontou que os três principais partidos do Centrão – PP, PL e Republicanos – comandam ao menos 32 postos-chave na administração federal. Os indicados para essas funções – tanto para cargos de primeiro escalão, como ministério, até outros cargos menores – fazem com que aliados do presidente tenham sob sua gestão mais de R\$ 149,6 bilhões em recursos públicos.

Um exemplo é a recente nomeação de José Gomes da Costa como presidente interino Banco do Nordeste (BNB). Costa, que já era diretor Financeiro e de Crédito e acumulará as duas funções, teve sua indicação apoiada pelo presidente do PL, o ex-deputado Valdemar Costa Neto.

Se o mecanismo sugerido por Guedes estivesse em funcionamento, a quantidade de apoios à indicação de Costa seria explicitada, já que a regra também valeria para bancos públicos. O BNB é o principal banco regional do Brasil e sua presidência é um dos cargos mais cobiçados por políticos aliados do governo.

A tendência é de que as indicações políticas para cargos no governo Bolsonaro se multipliquem nesse início de ano, já que o presidente deve promover a maior reforma ministerial de seu governo por causa das eleições deste ano. Ao menos 11 integrantes do primeiro escalão devem deixar seus cargos, e a disputa pelas indicações para os cargos já começou.

Esse movimento, contudo, não é recente. Em junho de 2020, quando o movimento de entrega de cargos-chave ao Centrão pelo governo já havia iniciado, aliados do governo tinham emplacado 325 nomes para mais de 700 cargos federais.

REUNIÃO DE GRUPO QUE DISCUTE MODELO DE CONCESSÃO DO SANTOS DUMONT É SUSPENSA A PEDIDO DO GOVERNO DO RIO

Gestão estadual alega que a participação de concessionárias não foi aprovada por unanimidade entre os representantes

Por *Julia Noia*



Aeroporto Santos Dumont Foto: Gabriel de Paiva / Agência O Globo

RIO — A segunda reunião do Grupo de Trabalho criado para discutir o modelo de concessão do Aeroporto Santos Dumont, que estava marcada para esta segunda-feira, foi suspensa após pedido do governo estadual do Rio à Secretaria de Aviação Civil (SAC).

Dinheiro esquecido: Brasileiros têm bilhões a receber de bancos e não sabem. Veja como

descobrir se você é um deles

Segundo o governo do Rio, a SAC permitiu a participação irregular de concessionárias de aeroportos de Guarulhos, Brasília e Confins sem o consentimento de representantes estaduais presentes no Grupo de Trabalho — Firjan, governo estadual, Fecomércio e Associação Comercial do Rio de Janeiro.

A reunião foi remarcada para esta quarta-feira, sem a presença das concessionárias. Nesta segunda, a prefeitura do Rio enviou ofício ao Ministério da Infraestrutura pedindo para integrar o GT, mas ainda não obteve retorno. Em paralelo, a prefeitura prepara uma representação para enviar ao Tribunal de Contas da União (TCU) questionando o modelo de concessão.

‘Ameaça ao desenvolvimento do Rio’

Liberar a participação das empresas que gerem os aeroportos em São Paulo, Brasília e Minas Gerais iria de encontro com as diretrizes presentes em Portaria que instituiu o Grupo de Trabalho, que determina o ingresso de novos participantes por aprovação unânime dentro do colegiado.

O governo do estado acredita que "a presença das concessionárias concorrentes no GT é uma ameaça à construção de um edital que priorize o desenvolvimento do Estado e um hub logístico equilibrado e eficiente".

O ex-secretário de Transportes do Rio e assessor da presidência da Fecomércio, Delmo Pinho, integrante do Grupo de Trabalho, explica que as concessionárias foram convidadas pela SAC sem antes passar por aprovação de entidades estaduais, governo do Rio e Ministério da Infraestrutura.

— A SAC se precipitou porque deveria ter, na reunião de ontem (segunda), consultado tanto os representantes do Rio quanto o ministério, e não o fez. Simplesmente convidou os representantes — afirma.

Por outro lado, Pinho acredita que o interesse de concessionárias em integrarem as discussões mostra que o projeto de concessão elaborado pelo GT é competitivo no mercado, alarmando concorrentes do Rio, e reforça o alinhamento dos governos estadual e federal no grupo.

Prefeitura aciona TCU



O modelo de concessão elaborado pelos governos estadual e federal será questionado pela prefeitura do Rio em uma representação que será enviada ao TCU.

— Não concordamos com o edital e, por isso, a PGM está elaborando uma representação questionando o edital (de concessão) e vamos entrar com representação nesta quarta — afirma o secretário de Desenvolvimento Econômico, Chicão Bulhões.

No documento, feito pela Procuradoria-Geral do Município (PGM), a prefeitura vai questionar a falta de estudos sobre os impactos econômicos e financeiros sobre os aeroportos de Santos Dumont e Galeão.

Fora das discussões

O adiamento da reunião do GT foi anunciado no mesmo dia em que a prefeitura do Rio enviou ofício ao Ministério da Infraestrutura para requisitar cinco assentos no grupo, como ocupam os governos estadual e federal. No entanto, ainda não recebeu resposta do governo federal.

O secretário de Desenvolvimento Econômico do Rio, Chicão Bulhões, afirma que soube pela imprensa que o ministério tinha recebido o documento, mas não houve nenhuma sinalização direta da pasta ao governo do Rio. Se não houver a inclusão da prefeitura nas discussões, Bulhões afirma que avaliam tentar por vias judiciais:

— Queremos cinco cadeiras, porque entendemos que temos o mesmo direito de participação que o estado e a União. Já estamos discutindo uma via judicial se não houve resposta.

Bulhões também questiona a presença de representantes de concessionárias que concorrem com os aeroportos do Rio nas conversas do grupo, e teme que as empresas tomem parte na modelagem da proposta.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/01/2022

BRASIL É CONVIDADO PELA OCDE A NEGOCIAR ADESÃO AO ORGANISMO INTERNACIONAL

Processo deve levar até cinco anos para ser concluído. Demais candidatos a membros também negociarão seu ingresso na OCDE

Por Eliane Oliveira

BRASÍLIA — Os 38 países que integram o Conselho da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) decidiram nesta terça-feira, por unanimidade, convidar o Brasil a dar início ao processo formal de ingresso na organização. Com o convite, as negociações serão formalizadas e, segundo fontes do governo brasileiro, devem durar entre três e cinco anos. A notícia foi antecipada pelo jornal "Valor Econômico" e confirmada pelo GLOBO.

O pedido de adesão à OCDE foi feito no governo do ex-presidente Michel Temer e reforçado pela equipe do presidente Jair Bolsonaro. Desde então, o Brasil aderiu a 103 dos 251 instrumentos normativos exigidos para entrar no organismo, sendo que na atual gestão foram 37 adesões.

Brasil e outros cinco países candidatos negociarão com OCDE ao mesmo tempo

Em Brasília, o convite feito ao Brasil é considerado uma vitória diplomática. Isto porque as negociações ocorrerão, ao mesmo tempo, com os seis candidatos a membros da OCDE: além do Brasil, concorrem a uma vaga Argentina, Peru, Romênia, Bulgária e Croácia.

Esta sempre foi a fórmula defendida pelo secretário-geral do organismo, o australiano Mathias Cormann, com apoio do Brasil. Assim, chegará na frente o país que cumprir mais rápido o total de regras exigidas para a adesão.



Outro ponto considerado relevante, nos bastidores, é que a OCDE se pronunciou antes das eleições deste ano. A expectativa é que o presidente Jair Bolsonaro tentará se reeleger.

Economias abertas e redução do desmatamento

De acordo com a OCDE, serão preparados roteiros individuais para o processo de avaliação. Os países candidatos devem confirmar sua adesão aos valores, à visão e às prioridades” do organismo, com destaque para a democracia, o estado de direito e a proteção dos direitos humanos.

A OCDE também destaca, como valores, “economias de mercado abertas, comerciais, competitivas, sustentáveis e transparentes”. Assim, os candidatos devem assumir o compromisso de promover o crescimento econômico “sustentável e inclusivo” e trabalhar no combate às mudanças climáticas, “incluindo deter e reverter a perda de biodiversidade e o desmatamento”.

— Os membros da OCDE confirmaram hoje que a OCDE é uma organização aberta, globalmente relevante e em evolução. A adesão à OCDE continua sendo a maneira mais direta e eficaz de garantir a adoção e disseminação de nossos valores, princípios e padrões compartilhados em todo o mundo — disse Mathias Cormann.

O processo incluirá uma avaliação rigorosa e aprofundada por mais de 20 comitês técnicos. Como resultado dessas revisões técnicas, e antes de qualquer convite para ingressar na organização como membros, serão necessárias mudanças na legislação, política e práticas dos países candidatos para alinhá-los com os padrões e melhores práticas da OCDE.

“As revisões técnicas abrangerão uma ampla gama de áreas políticas e se concentrarão em questões prioritárias, incluindo comércio e investimento abertos, progresso na governança pública, integridade e esforços anticorrupção, bem como a proteção efetiva do meio ambiente e ação sobre o clima”, destacou o organismo, em um comunicado divulgado nesta terça-feira.

Adesão é prioridade para a indústria

Em nota, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) destacou que o início das negociações para a adesão do Brasil ao chamado 'grupo dos ricos' é um reconhecimento do esforço do país em se alinhar com as melhores práticas internacionais e em realizar mudanças para a melhoria do ambiente de negócios brasileiro. Para a entidade, ao entrar na OCDE, o Brasil vai atrair mais investimentos em áreas estratégicas e ampliar a integração da economia brasileira.

“Esse é um passo de extrema importância para o setor produtivo brasileiro. Tenho certeza de que o processo de negociação trará muitos benefícios para o Brasil e servirá de impulso para alavancarmos reformas importantes, que vão aumentar a competitividade da indústria e promover um crescimento mais sustentável do país”, disse o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, no comunicado.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 25/01/2022

ARRECAÇÃO FEDERAL SOMA R\$ 1,878 TRILHÃO E BATE RECORDE EM 2021

Dados da Receita Federal foram divulgados nesta terça-feira. Especialistas alertam que a situação para 2022 é de muita incerteza



Arrecadação federal soma R\$ 1,878 trilhão e bate recorde em 2021 Foto: Marcelo Camargo / Agência O Globo

BRASÍLIA – A arrecadação federal em 2021 somou R\$ 1,878 trilhão, de acordo com dados da Receita Federal. O número registra um avanço de 17,36% em relação ao ano anterior, já descontada a inflação, e é o melhor desempenho arrecadatário para um ano desde 2000. Os dados foram divulgados nesta terça-feira.

Mesmo com o bom desempenho, especialistas alertam que a situação para 2022 é de muita incerteza, apesar da convicção do governo de que essa elevação é estrutural.

Apenas em dezembro, a arrecadação somou R\$ 193,9 bilhões, registrando avanço de 10,76% em relação a dezembro de 2020, descontada a inflação. Em 2021, a arrecadação federal foi recorde da série histórica em oito meses e registrou a segunda melhor marca em outros três.

O desempenho positivo da arrecadação também é influenciado pela baixa base de comparação em 2020. Por causa da pandemia da Covid-19, além da queda da atividade econômica, que resulta em menor arrecadação, houve postergações e diferimentos de tributos variados, o que acaba por elevar o montante administrado pelo Fisco pública

De acordo com o Fisco, o resultado de 2021 pode ser explicado principalmente por fatores não recorrentes, como os recolhimentos extraordinários de R\$ 40 bilhões do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Os dois tributos arrecadaram R\$ 393,1 bilhões no ano, o que representou um crescimento real de 31,1%.

Neste 2021, alguns tributos tiveram normalização das alíquotas, e até elevação temporária. É o caso do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que teve restaurada a tributação das operações de crédito neste ano, após a alíquota ter sido zerada em 2020.

Além disso, um decreto presidencial elevou temporariamente as alíquotas do IOF, entre 20 de setembro e 31 de dezembro, para bancar o Auxílio Brasil neste ano. A alíquota para empresas passou de 1,5% para 2,04%, e a de pessoas físicas subiu de 3% para 4,08%.

Isso se refletiu em aumento da arrecadação. Só em outubro e novembro, foram cerca de R\$ 9,8 bilhões arrecadados. Em dezembro, a arrecadação foi de R\$ 5,6 bilhões, o que representou um aumento de 135,47% ante o mesmo período de 2020, já descontada a inflação.

2022 de crescimento para o governo

Especialistas ouvidos pelo GLOBO dizem que esse padrão de recordes não deve se repetir em 2022, mas que a tendência é de que haja manutenção do patamar da arrecadação. O governo sustenta que o crescimento veio para ficar.

Em nota publicada em setembro, a Secretaria de Política Econômica projetava que a arrecadação em 2021 fecharia com cerca de R\$ 200 bilhões a mais do que o projetado. Desse montante, R\$ 110 bilhões equivaleriam a um aumento estrutural.

O desempenho da arrecadação será determinado pela combinação do crescimento – ou não – da economia, de fatores de preço (atrelados à inflação e ao câmbio) e também de decisões legais, como mudanças tributárias ou novos diferimentos.

O secretário da Receita Federal, Julio Cesar Vieira Gomes, listou entre os pontos determinantes para o desempenho positivo da arrecadação federal o processo de recuperação econômica do país em 2021, e afirmou que essa tendência continuará a se repetir ao longo deste ano:

— Nós temos já uma tendência pelos dados de janeiro de 2022 de que essa retomada do crescimento econômico vai aumentar, será crescente durante o ano de 2022.

O chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros do Fisco, Claudemir Malaquias, explicou que parte dos recolhimentos de tributos de janeiro estão relacionados ao desempenho da economia em dezembro, e que a Receita segue acompanhando os indicadores macroeconômicos e vê o comportamento de aderência da arrecadação em relação a eles.

Cenário mais complexo

Juliana Damasceno, economista da Tendências Consultoria e pesquisadora associada do FGV IBRE, discorda dessa visão do governo.

— A melhora da arrecadação em 2021 foi motivada por questões que não podemos comemorar. A maior parte dela é conjuntural, porque a gente não comemora inflação alta, câmbio desvalorizado e coisas que são ruins para a sociedade. Além de não poder comemorar, não se pode garantir que esses fatores serão mantidos no ano que vem – afirma.

O resultado de 2021 está influenciado por uma base de comparação muito ruim de 2020, lembra Daniel Couri, diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI). Isso porque 2020 foi marcado por ações de diferimento e postergações de tributos, que foram recolhidos só no ano passado.

— Com a economia caminhando para estagnação, não dá para esperar um comportamento igual em 2022. Há um componente conjuntural muito forte, não só pelo crescimento da economia, como também a inflação. Com essa perspectiva, não se deve esperar um desempenho robusto, mas a arrecadação só vai cair se tiver uma restrição ou queda do PIB muito forte, a exemplo do que ocorreu em 2015 e 2016 – avalia.

A professora da Coppead UFRJ Margaria Gutierrez diz que esse crescimento da arrecadação não se repetirá em 2022 como um reflexo da mudança da política econômica para o próximo ano. Se em 2021 ainda houve algum estímulo pelos juros baixos, uma política monetária estimulativa e um gasto extra-teto por causa da Covid-19, o cenário agora é outro.

— Esse ano as políticas fiscal e monetária ainda foram expansionistas, mas ano que vem é o contrário. Os juros vão subir mais ainda, o monetário vai entrar no contracionista e fiscal vai ter que apertar mais. A arrecadação vai ser influenciada por menor crescimento – diz.

Juliana Damasceno pondera que o desempenho da arrecadação não pode implicar em descuido com o lado fiscal:

— O grande perigo é a gente contar com esse otimismo no bolso, se basear menos em evidência e mais em otimismo e acreditar que vai contar com esses recordes em 2022. Contar com isso é contar com deterioração do cenário macro e ser negligente com o planejamento. E isso é preocupante do ponto de vista de sustentabilidade fiscal.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 25/01/2022

PORTOS DE PARANAGUÁ, SÃO FRANCISCO DO SUL E RIO GRANDE SÃO QUALIFICADOS NO PPI

Decisão foi publicada no Diário Oficial da União desta terça-feira, 25
Por Jessica Brasil Skroch, O Estado de S.Paulo

O presidente Jair Bolsonaro assinou decreto que qualifica três portos da região sul do Brasil no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República (PPI): o Porto de Paranaguá, o Porto Organizado de São Francisco do Sul e o Porto Organizado de Rio Grande. A decisão foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira, 25.



Criado em 2016, o PPI tem o objetivo de ampliar e fortalecer a interação entre o Estado e a iniciativa privada, o que ocorre por meio de contratos de parceria e outras medidas de desestatização. Ao fazer parte da carteira do programa, os empreendimentos portuários se tornam prioridade nacional, de acordo com a legislação.

Porto de Paranaguá foi um dos três portos da região sul qualificados no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência

da República (PPI) Foto: Divulgação

O Porto de Paranaguá, localizado no estado do Paraná, abrange uma área de 38 mil metros quadrados e é dedicado à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais.

O Porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, tem uma área de 11.448 metros quadrados, e o de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, possui 41.171 metros quadrados. Ambos são dedicados à movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 25/01/2022

GOVERNO TEME QUE TEMPO DE ANÁLISE PELO TCU TRAVE PRIVATIZAÇÕES

De um lado, o Executivo acusa o TCU de atrasar a análise e não cumprir prazos internos; de outro, técnicos do tribunal afirmam que o governo enviou estudos incompletos
Por Guilherme Pimenta, O Estado de S. Paulo



Eletrobrás é alvo de privatização do governo
Foto: Pilar Olivares/Reuters

BRASÍLIA – O governo federal teme que o TCU atrase a análise de grandes privatizações em 2022. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, o receio é de que a demora seja um impeditivo ao cumprimento do cronograma de venda e concessão de grandes projetos, bandeiras eleitorais de Jair Bolsonaro, especialmente a operação da Eletrobras.

Hoje, a estatal de energia é a principal preocupação do Executivo em termos econômicos na Corte de Contas. De um lado, o Executivo acusa o TCU de atrasar a análise e não cumprir prazos internos. De outro, técnicos do tribunal



afirmam que o governo enviou estudos incompletos, o que impossibilitou uma análise mais ágil da venda da estatal.

Algo parecido ocorreu no processo do leilão do 5G, quando os auditores alertaram que os documentos enviados não eram suficientes para o julgamento e isso atrasou o processo em, no mínimo, três meses.

A primeira etapa da venda da estatal, que envolve detalhes sobre a outorga, foi concluída pela unidade técnica e está travada em plenário, com pedido de vista do ministro Vital do Rêgo, que está de férias e só retorna ao TCU em fevereiro. A análise da segunda etapa, que envolve a modelagem da venda da estatal, tende a ser concluída pela unidade técnica do órgão no início de fevereiro, segundo apurou o Estadão/Broadcast, e só deve ir a plenário em março. O relator é o ministro Aroldo Cedraz.

Os debates travados entre o órgão e o Executivo levaram o TCU a estudar alterações na atual instrução normativa que regulamenta a análise de desestatizações pelo órgão. Alvo de críticas do Executivo e alguns ministros do tribunal, a instrução dá um prazo de 90 dias para o órgão analisar desestatizações após o poder concedente encaminhar todos os documentos necessários à Corte de Contas, dos quais 75 dias são para a análise da unidade técnica e 15 pelo Tribunal.

O prazo máximo não deve ser alterado, mas o ministro Raimundo Carreiro, que já havia feito sugestões de mudanças da instrução no ano passado, coordena ajustes pontuais na regra, na intenção de dar mais transparência à análise. Assim, os prazos passariam a ser analisados caso a caso pelo ministro-relator do processo, e o cronograma do trabalho seria apreciado em plenário.

Outros projetos

Já em relação a concessões de rodovias e aeroportos, conforme fontes, o governo não teme que o TCU seja um impeditivo, tendo em vista que os ministros têm sido favoráveis a esses projetos nos últimos anos.

Somente a concessão do aeroporto Santos Dumont preocupa a equipe econômica, tendo em vista que o processo tem sido muito politizado e alvo de disputas entre a União e o governo do Rio de Janeiro.

As equipes econômica e da infraestrutura também temem impactos na análise dos estudos relacionados ao Porto de Santos, tendo em vista o alto impacto político na privatização do porto.

O governo também quer destravar este ano a liquidação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), paralisada pelo TCU desde o ano passado. O Executivo avalia que há um gasto desnecessário que já ultrapassou R\$ 1 bilhão com a manutenção da empresa. |

*Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 25/01/2022*

ARRECADAÇÃO FEDERAL SOMA R\$ 1,87 TRILHÃO EM 2021 E BATE RECORDE HISTÓRICO

O montante representa um crescimento de 17,36% na comparação com 2020, ano que ficou marcado pelo começo da pandemia de covid-19 e seus efeitos recessivos na economia

Por Eduardo Rodrigues, O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA - A arrecadação de impostos, contribuições e demais receitas federais atingiu R\$ 1,878 trilhão no ano de 2021, o maior volume na série iniciada em 1995, informou nesta terça-feira, 25, a Receita Federal.

O valor representa um crescimento real – já descontada a inflação – de 17,36% na comparação com os R\$ 1,479 trilhão de 2020, ano que ficou marcado pelo começo da pandemia de covid-19 e seus efeitos recessivos na economia.

O secretário especial da Receita Federal, Julio Cesar Vieira Gomes, disse que o bom resultado da arrecadação em 2021 se deve à retomada da economia e da lucratividade das empresas no ano passado.

Além disso, "fatores não recorrentes", como recolhimentos extraordinários, também ajudaram a melhorar a arrecadação. Na parcial de 2021, os valores atípicos somaram aproximadamente R\$ 40 bilhões do IRPJ/CSLL (contra R\$ 8 bilhões no mesmo período do ano anterior).

“O aumento da arrecadação em 2021 é muito expressivo. Há muito o que comemorar, considerando que ainda estamos em meio a uma pandemia. Tivemos aumento expressivo em tributos sobre lucros e rendimentos das empresas e também no imposto de renda de pessoas físicas”, avaliou Gomes. “Os dados de janeiro também apontam retomada crescente em 2022”, completou.

A Receita Federal destacou o recolhimento extraordinário de R\$ 40 bilhões em Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em 2021. O secretário apontou ainda medidas da Receita para aumentar a conformidade fiscal das empresas ao longo do ano passado. “É um processo que aumenta a espontaneidade do pagamento dos tributos, com a melhoria da segurança jurídica. Isso possibilitou que a presença fiscal superasse 200 mil visitas às empresas no ano passado”, acrescentou.

O aumento da arrecadação também aconteceu apesar das compensações feitas pelas empresas em seu pagamento de tributos terem avançado 14,4% no último ano, para R\$ 216,312 bilhões, contra R\$ 189,064 bilhões em 2020.

O resultado das receitas em 2021 veio dentro do intervalo de expectativas das instituições ouvidas pelo Broadcast Projeções, que ia de R\$ 1,855 trilhão a R\$ 1,915 trilhão, com a maior parte prevendo R\$ 1,877 trilhão.

Após alguns meses de arrefecimento, a arrecadação federal voltou a acelerar em dezembro e somou R\$ 193,902 bilhões. O resultado representa um aumento real de 10,76% na comparação com o mesmo mês de 2020. Em relação a novembro, houve alta real de 22,34% no recolhimento de impostos.



Fachada do prédio da Receita Federal; em 2021 houve recolhimento extraordinário de R\$ 40 bilhões em Imposto de Renda de Pessoas Jurídicas (IRPJ) e na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
Foto: Felipe Siqueira/Estadão

O valor arrecadado no mês passado também foi o maior para meses de dezembro na série histórica da Receita Federal. O resultado de dezembro veio dentro do intervalo de expectativas das instituições ouvidas pelo Broadcast Projeções, que ia de R\$ 171,070 bilhões a R\$ 195,000 bilhões, com mediana de R\$ 192,000 bilhões.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 25/01/2022

PETROBRAS QUESTIONA MOTIVO PARA INVESTIGAÇÃO NO CADE SOBRE ABUSO EM PREÇO DE COMBUSTÍVEIS



Além de questionar a política de reajustes de preços da empresa, o conselho pediu explicação também sobre os resultados financeiros da companhia
Por Fernanda Nunes, O Estado de S. Paulo

RIO - A Petrobras criticou o Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (Cade) por uma possível tentativa de atuar como regulador dos preços dos combustíveis. Em documento entregue na noite de ontem (24) ao órgão antitruste, a empresa questiona os motivos que levaram à abertura de uma investigação, no dia 12 de janeiro, sobre um possível abuso de poder.

Além de questionar a política de reajustes de preços da empresa, o conselho pediu explicação também sobre os resultados financeiros da companhia, que levaram ao pagamento de prêmios e dividendos mais elevados aos seus executivos e acionistas em 2021.

A Petrobras diz confiar que a superintendência geral do conselho, responsável pela investigação, não adotará um procedimento diferenciado com a estatal, em comparação ao adotado tradicionalmente com outras empresas, ao tentar definir um preço justo para os combustíveis.

“O contexto das justificativas apontadas para a abertura do presente inquérito leva a supor que o seu fundamento consiste em preocupações relativas ao nível de preços praticados pela Petrobras na comercialização de seus produtos, assim como com a lucratividade da companhia. A ser essa a motivação e o objetivo da presente investigação, trata-se, a toda evidência, de procedimento absolutamente insólito, à luz das atribuições legais de um órgão de defesa da concorrência”, afirma a empresa no documento.

A empresa afirmou também que a sua política de remuneração de funcionários é compatível com a adotada no mercado no qual está inserida e que o regime de distribuição de dividendos aos acionistas fortalece sua reputação frente a investidores e sociedade, além de se enquadrar no melhor modelo de alocação de capital. A Petrobras distribuiu R\$ 63,4 bilhões em antecipação aos acionistas relativa ao exercício de 2021, um valor recorde. O aumento do retorno aos acionistas foi anunciado após a petrolífera registrar lucro de R\$ 75,1 bilhões nos primeiros nove meses do ano e atingir a meta financeira de US\$ 60 bilhões de dívida bruta.

Os preços dos combustíveis da Petrobras, questionados pelo Cade, estão no centro da disputa política neste ano de eleição. Ainda em 2018, no governo de Michel Temer, o custo do diesel levou os caminhoneiros a pararem o País numa greve histórica. Na gestão do presidente da República, Jair Bolsonaro, as reclamações e ameaças de paralisação continuam. Em resposta, o presidente passou a atacar os administradores da Petrobras. Esse foi o motivo da demissão de Roberto Castello Branco, no início do ano passado. Mas, ainda que o executivo tenha sido substituído por Joaquim Silva e Luna, por indicação dos militares aliados a Bolsonaro, a política de paridade de preços de importação (PPI) foi mantida.

Por essa política, adotada em 2016, os preços são reajustados no Brasil conforme a cotação do petróleo oscila no mercado internacional e também o câmbio. Assim, quanto mais aquecido o cenário externo, mais os combustíveis ficam caros nos postos.

Essas e outras explicações foram apresentadas ao Cade no final do dia de ontem, quando vencia o prazo definido pelo órgão antitruste para que a Petrobras respondesse uma série de questionamentos sobre a formação dos seus preços e custos de produção dos derivados de petróleo em suas refinarias. A estatal chegou a pedir mais 15 dias para atender parte da demanda, mas só teve a permissão de estender o prazo para 4 de fevereiro. No documento, companhia trata também do mercado de gás natural e refuta acusações de que esteja dificultando a entrada de concorrentes.

“A Petrobras enviou na noite de ontem (24/1) resposta ao ofício do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), com os esclarecimentos solicitados pelo órgão sobre dados de produção e vendas, dentre outras informações. A Petrobras e a Transpetro, sua subsidiária



integral, são permanentemente monitoradas por órgãos de controle e reguladores e, sempre que consultadas, prestam as informações solicitadas, demonstrando o compromisso com a transparência e com as boas práticas concorrenciais”, respondeu a Petrobras ao Estadão/Broadcast, por meio da sua assessoria de imprensa.

Já o Cade afirmou que não cabe a ele “fiscalizar preços de serviços e produtos praticados no mercado. Cabe à autarquia acompanhar o funcionamento dos mercados para prevenir e identificar eventuais práticas anticompetitivas”.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 25/01/2022



VALOR ECONÔMICO (SP)

LEILÃO DA SPA PREVÊ APORTES DE R\$ 16 BILHÕES

Governo prepara abertura de consulta pública e ao menos duas audiências presenciais

Por Taís Hirata — De São Paulo

O debate para a privatização da Santos Port Authority (SPA), companhia docas do Porto de Santos, deverá começar oficialmente nesta semana, com a publicação da modelagem e a abertura da consulta pública pela Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). Ao todo, estão previstos R\$ 16 bilhões de investimentos no contrato, segundo o secretário nacional de Portos, Diogo Piloni.

“O modelo, que já foi fechado e aprovado pela agência na semana passada, está bem mais maduro do que quando soltamos a privatização da Codesa [Companhia Docas do Espírito Santo]. Tivemos todo o aprendizado dessas discussões e também observamos a complexidade adicional do Porto de Santos. É um modelo que cuida mais da questão regulatória e traz uma série de inovações interessantes”, afirma.

Os documentos com as informações do projeto serão publicados nesta semana, segundo ele. A ideia é realizar ao menos duas audiências públicas presenciais, uma no início de fevereiro, e outra em março.

Entre os R\$ 16 bilhões de investimentos previstos no projeto, estão incluídas diversas melhorias na infraestrutura do porto organizado, como obras de aprofundamento do calado.

A construção de um túnel entre Santos e Guarujá também está dentro dos investimentos do projeto, porém, a ideia é que o novo operador do porto apenas disponibilize os recursos para a obra, mas não execute o projeto diretamente. A previsão preliminar é que a construção da ligação demande cerca de R\$ 4 bilhões.

“O concessionário do porto vai fazer o aporte de recursos, mas não será responsável por executar a obra. Faremos uma segunda concessão para a construção e vamos disponibilizar ao vencedor o acesso a essa conta vinculada com os valores aportados”, explica. A concessão do túnel foi qualificada pelo conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) na semana passada.

Defensores do projeto do túnel já vinham pleiteando que o processo fosse feito separadamente da privatização do porto – um processo extremamente controverso, complexo do ponto de vista técnico e político e que, por isso, tem grandes chances de não sair do papel a tempo, na avaliação de diversas fontes do setor portuário, que consideram bastante improvável a realização do leilão neste ano.

Após a consulta pública da privatização, o governo ainda terá que incorporar as sugestões e encaminhar o projeto ao Tribunal de Contas da União (TCU).

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/01/2022

PRIVATIZAÇÃO DA CODESA ATRAI DÚVIDAS E INTERESSE

Principais críticas foram resolvidas, mas ainda há incertezas

Por Taís Hirata — De São Paulo



Diogo Piloni, secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviário: “Não é um leilão para dez interessados. Devemos ter poucos atores de qualidade” — Foto: Alberto Ruy/MInfra/Divulgação

A privatização da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa), a primeira do gênero no país, ainda provoca incertezas no mercado. Porém, a percepção inicial do setor é que as principais críticas foram solucionadas e que haverá

interesse pelo ativo.

O edital foi publicado na sexta-feira. O leilão deverá ser realizado no dia 25 de março. Ao todo, estão previstos investimentos de R\$ 334,8 milhões.

O processo será uma combinação de privatização e concessão. Primeiro, a Codesa, que hoje é pública, terá suas ações vendidas e passará a ser privada. O preço atribuído aos papéis foi de R\$ 1, o que leva a empresa a um valor de R\$ 327,15 milhões. A companhia, por sua vez, passará a deter uma concessão para explorar os portos de Vitória e Barra do Riacho, por um prazo de 35 anos, prorrogável por mais 5 anos. Ou seja, a Codesa deixará de ser estatal, mas a gestão dos portos será transferida por um período limitado.

Vencerá o leilão quem oferecer a maior outorga inicial, cujo valor mínimo é simbólico, de R\$ 1. Além desse pagamento, feito na assinatura do contrato, estão previstas outras duas contribuições ao longo da concessão. A primeira delas será o pagamento de 25 parcelas de R\$ 24,75 milhões, a partir do sexto ano. A segunda é uma contribuição variável, equivalente a 7,5% da receita bruta.

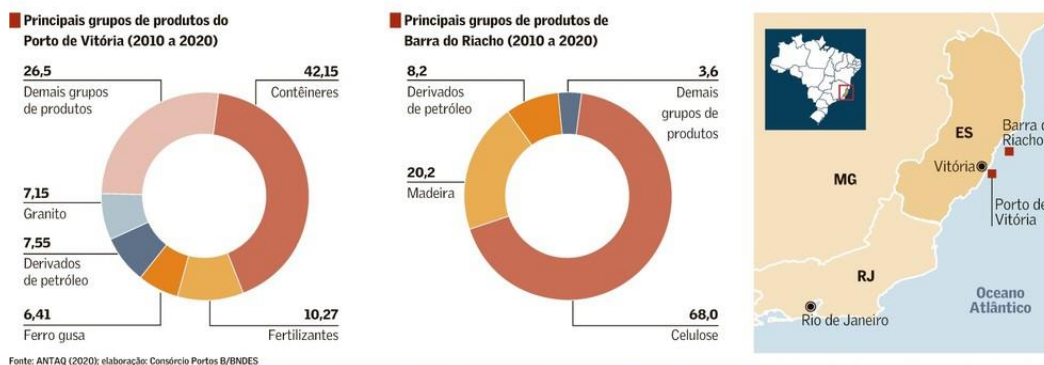
O governo optou por alocar esses pagamentos ao longo do contrato para reduzir a necessidade de aporte inicial e para criar um “colchão” para possíveis investimentos no futuro, afirma o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviário, Diogo Piloni. “Ao deixar os pagamentos para o futuro, o projeto se torna mais atrativo e poderemos contar com os recursos ao longo da concessão, caso seja preciso incluir algum investimento não previsto.”

A maior apreensão com a privatização partiu das empresas privadas que já operam terminais nos portos. O principal receio é de possíveis práticas anticompetitivas por parte do novo grupo econômico que assumirá a gestão. Ao longo das consultas públicas, diversas mudanças foram feitas para dar mais segurança jurídica.

Havia o temor de que a “nova Codesa” pudesse romper unilateralmente com os terminais, já que todos os contratos vigentes terão que ser adaptados, para se tornarem privados, e não mais públicos. Nesse processo, será possível repactuar termos – por exemplo, ampliar o prazo ou incluir obras. A preocupação era que os terminais estariam em situação vulnerável na negociação.

Complexo portuário no ES

Concessão inclui portos de Vitória e Barra do Riacho - em %



Esse receio foi resolvido, avalia Alexandre Aroeira Salles, do Aroeira Salles Advogados. “O novo edital foi mais claro ao prever que, na ausência de acordo, permanecerão os contratos em seus termos originais”, diz.

Para José Augusto Dias de Castro, sócio do TozziniFreire, a cláusula dá mais segurança, mas ainda há temor: “A dúvida é quanto ao poder de utilizar o regulamento do porto para possivelmente gerar benefícios a parceiros comerciais. Por exemplo, pelas regras de atracação de navios”.

Outra preocupação foi quanto aos grupos econômicos que disputarão a licitação. Inicialmente, houve a ideia de vetar qualquer participação de operadores de terminais de Vitória e Barra do Riacho. O edital publicado ainda traz limitações, mas é mais flexível: empresas (e seus acionistas) que atuem no porto poderão ter fatia isolada de até 15% na concessão ou de até 40%, em caso de participação conjunta, e não poderão integrar o bloco de controle. A ideia é impedir que alguma empresa possa agir em benefício próprio na gestão do porto.

“A questão é evitar conflito de interesse”, diz Castro. Para ele, ainda há brechas para isso. “O arrendatário ainda poderá ter alguma voz no conselho, alguma influência nos rumos do porto.”

Para Jesualdo da Silva, presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), o risco de conflito de interesse ainda existe, mas foi mitigado. A entidade ainda faz um pente-fino para avaliar se fará algum questionamento ao edital publicado.

Para o presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, as principais preocupações foram resolvidas, mas a atuação da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) será essencial para coibir abusos.

No setor, a previsão é que a concorrência pelo contrato será limitada. Porém, a expectativa é positiva, diz Piloni.

“Não é um leilão para dez interessados. Devemos ter poucos atores de qualidade”, avalia. Entre os interessados, são apontados fundos de investimento, como Vinci e Pátria, operadores e autoridades portuárias internacionais.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/01/2022

ÁFRICA DO SUL DECIDE SOBRETAXAR FRANGO DO BRASIL

ABPA contesta medida, válida até junho

Por José Florentino e Patrick Cruz — De São Paulo

A África do Sul impôs na última semana uma tarifa antidumping sobre o frango que importa do Brasil e também de Irlanda, Espanha, Polônia e Dinamarca. De acordo com a Comissão



Administrativa do Comércio Internacional Sul-Africano (ITAC, na sigla em inglês), a medida é preventiva e valerá até junho deste ano.

Com a mudança, a tarifa sobre o frango com osso brasileiro, que era de 62%, passará a ser de 265%. Antes isentos de tarifas em suas vendas aos sul-africanos, irlandeses, espanhóis, poloneses e dinamarqueses passarão a pagar taxas que vão de 67,4% a 158,4%.

A adoção da sobretaxa é resultado de um pedido feito em janeiro do ano passado pela associação que representa a indústria de carne de frango na África do Sul. A entidade alega que o Brasil e os outros quatro países praticam dumping – vendas abaixo do preço de mercado para prejudicar a concorrência – em suas exportações ao mercado sul-africano.

Em nota, a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) criticou a medida anunciada pela África do Sul e disse que já houve comprovação de que os exportadores não praticam dumping em nenhum mercado.

“O governo brasileiro, a ABPA e as empresas exportadoras se manifestaram formalmente nos autos do processo no último dia 17 de janeiro”, informou a associação.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/01/2022

CONSUMO DE AÇO EM 2021 CRESCEU 23%

A soma de vendas internas mais importações atingiram 26,4 milhões de toneladas no ano, maior volume do mercado brasileiro desde 2013

Por Ivo Ribeiro — De São Paulo

A indústria siderúrgica do país encerrou 2021 com desempenho dentro de previsto, com forte crescimento em volume produzido de aço bruto, de venda internas e consumo aparente, apesar da forte desaceleração dos indicadores no último mês do ano. Os dados são do Instituto Aço Brasil.

Em um ano marcado por forte demanda interna até julho e por ampliação das exportações a partir do segundo semestre, as siderúrgicas no país produziram 36 milhões de toneladas de aço bruto, um crescimento de 14,7% em relação a 2020. Em produtos laminados, o setor atingiu 26 milhões de toneladas, mais 19,3%.

O desempenho mostrou-se também robusto nas vendas internas, que somaram 22,4 milhões de toneladas, 15% acima do volume de 2020. No ano da pandemia, o setor afetado no segundo trimestre, porém registrou forte venda de aço a partir de julho.

Também com recorde, desde 2013, o consumo aparente (vendas locais mais importação) de produtos siderúrgicos foi de 26,4 milhões de toneladas, uma expansão de 23,2% na comparação com o ano anterior.

Diante de um mercado aquecido e dificuldades de atender toda demanda pelas usinas locais, as importações de material acabado tiveram crescimento de 144% no ano, somando 5 milhões de toneladas.

Com aumento da produção de aço e acomodação da demanda doméstica – que ficou abastecida a partir de meados do ano com oferta interna e entrada de material estrangeiro -, as exportações subiram e fecharam o ano com alta de 3,9%, somando 11 milhões de toneladas. Beneficiadas pela alta do aço no mercado internacional, renderam US\$ 9,3 bilhões.

Em dezembro, houve desaceleração nos indicadores voltados ao mercado interno devido a incertezas macroeconômicas a partir de setembro. Na produção de aço bruto (menos 11,4%),

produtos laminados (-16,8%), vendas internas (-24,7%) e consumo aparente, menos 17,3%. Já as exportações ganharam fôlego, com expansão de 74,9% -1,3 milhão de toneladas. As importações se mantiveram em expansão, com 309 mil toneladas (+ 49,9%). Segundo informações, há ainda muito aço nos portos aguardando ser liberado.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/01/2022

GOVERNO QUALIFICA TRÊS PORTOS DA REGIÃO SUL NO PPI

São eles o Porto de Paranaguá (PR), o Porto Organizado de São Francisco do Sul (SC) e o Porto Organizado de Rio Grande (RS)

Por Valor, Valor — São Paulo



Foto: Marlene Bergamo/Folhapress

O presidente Jair Bolsonaro assinou nesta segunda-feira (24) decreto qualificando, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) três portos na região Sul do País. O decreto, de número 10.944, foi publicado no “Diário Oficial da União” nesta terça-feira.

De acordo com o decreto, foram qualificados o Porto de Paranaguá (PR), o Porto Organizado de São Francisco do Sul (SC) e o Porto Organizado de Rio Grande (RS). Com isso, os empreendimentos portuários receberão o tratamento prioritário previsto na legislação nacional.

O Porto de Paranaguá se dedica à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais. Já os portos Organizado de Rio Grande e Organizado de São Francisco do Sul são especializados na movimentação e armazenagem de granéis sólidos vegetais.

O PPI foi criado em 2016 pelo governo federal para reforçar a coordenação das políticas de investimentos em infraestrutura por meio de parcerias com o setor privado. Os projetos serão executados por meio de concessões, parcerias público-privadas e privatizações.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 25/01/2022

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

ANTAQ AUTORIZA EBNS, REGISTROS E MOVIMENTAÇÃO DE GRANEL SÓLIDO

Da Redação NAVEGAÇÃO 24 Janeiro 2022

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) autorizou oito empresas a prestarem serviços de navegação, deferiu dois registros de instalação de apoio ao transporte aquaviário e uma movimentação e/ou armazenagem de granel sólido. As deliberações aconteceram durante a 515ª Reunião Ordinária de Diretoria entre 17 e 19 de janeiro.

A Agência autorizou o TUP Tubarão, da Vale S.A., a movimentar escória na instalação portuária localizada em Vitória (ES).

Durante a reunião ordinária de diretoria, a Antaq deferiu o registro da instalação portuária de apoio ao transporte aquaviário formulado pela empresa Arrozal Estaleiro Metalúrgico Ltda. O estaleiro está localizado em Barcarena (PA).

A Antaq também deferiu o requerimento da empresa Mapara Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. para obtenção de registro de instalação de apoio ao transporte aquaviário localizada em Inhangapi (PA).

A Transportadora Bons Amigos Ltda., de Manaus (AM), obteve autorização para operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN) na prestação de serviços de transporte de granel líquido, biocombustíveis, petróleo e seus derivados, na navegação interior de percurso longitudinal, na Região Hidrográfica Amazônica, nos trechos interestaduais de competência da União.

A Agência autorizou a Mega Logística Transporte Por Navegação Ltda., de Belém (PA), para operar como EBN, na prestação de serviços de transporte de granel sólido, na navegação interior de percurso longitudinal, na Região Hidrográfica Amazônica, nos trechos interestaduais de competência da União.

A empresa Sebastião Gonçalves Torres, localizada em Costa Marques (RO), também obteve autorização para operar como EBN e prestará serviços de transporte de passageiros na navegação interior de travessia internacional, na Região Hidrográfica Amazônica, sobre o rio Guaporé, entre o município de Costa Marques (Brasil) e Buena Vista-Beni (Bolívia).

O microempreendedor individual Estefanio Martins de Souza foi autorizado a operar como EBN na prestação de serviços de transporte de carga geral, na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Região Hidrográfica Amazônica, nas rotas interestaduais de Manaus (AM) a Porto Velho (RO) e Manaus (AM) a Santarém (PA). A empresa está localizada em Manaus.

A empresa Andrade e Carreto Serviços Ltda, de Vila Velha (ES), foi autorizada a operar como EBN na navegação de apoio portuário, operando exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 HP.

A Antaq também autorizou três empresas localizadas no estado do Rio de Janeiro a prestarem serviços de transporte na navegação de apoio marítimo: Ocean Safer Monitoramento Ambiental Ltda.; Girassol Apoio Marítimo Ltda.; e Seagems Solutions Ltda.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/01/2022

EPL IDENTIFICA INTERESSE DE INVESTIMENTOS EM LOGÍSTICA NO MS

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 24 Janeiro 2022



Na semana passada, a Empresa de Planejamento e Logística (EPL) realizou a segunda etapa da série de visitas técnicas para a elaboração do Diagnóstico Logístico de Mato Grosso do Sul. Os técnicos da estatal estiveram em centros de distribuição de cargas localizados em Salta, Perico, Guemes e Jujuy, no norte da Argentina.

Durante as visitas, foi identificado o interesse de empresários da região em realizar investimentos no Mato Grosso do Sul nas áreas de fertilizantes, lítio, frutas, pescados e sal. A ideia é que esses produtos sejam escoados para plantas de beneficiamento sul mato-grossenses.

A instalação de pontos logísticos de empresas de Mato Grosso do Sul no norte da Argentina também foi um dos temas tratados nos encontros realizados com o setor privado.

Além das visitas aos centros de distribuição argentinos, os técnicos da EPL estiveram reunidos com representantes do Ministério da Infraestrutura e da Secretaria de Integração Regional e Relações Internacionais da Província de Jujuy. Os encontros permitem a coleta de dados que são utilizados pela equipe do Observatório Nacional de Transporte e Logística (ONTL) da EPL para a elaboração do Diagnóstico Logístico do Estado de Mato Grosso do Sul.

O trabalho, que está em desenvolvimento, permitirá que os empreendimentos logísticos sul-matogrossenses sejam integrados ao planejamento central do Governo Federal, de forma a possibilitar uma estruturação consistente dos investimentos em infraestrutura. A estimativa da EPL é de que os resultados do Diagnóstico Logístico do Estado de Mato Grosso do Sul sejam apresentados ainda em 2022.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/01/2022

4,2 MILHÕES DE TEUS EM NAVIOS PORTA-CONTÊINERES FORAM ENCOMENDADOS NO ANO PASSADO

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 24 Janeiro 2022



A receita de frete e as taxas diárias de fretamento de contêineres atingiram novos recordes no ano passado. Isso apesar da interrupção nas principais rotas comerciais, incluindo congestionamento nos portos e desequilíbrios de equipamentos, de acordo com análise da Clarkson Research.

As taxas médias de frete para um contêiner de 20 pés de Xangai para a Europa aumentaram mais de quatro vezes — de US\$ 1.204 para US\$ 6.119.

A capacidade da frota permaneceu estável, mas uma série de novas encomendas de construção foram feitas. Um recorde de 548 navios que somam 4,2 milhões de TEUs foi encomendado durante o ano, elevando o total sob contrato atualmente para 5,7 milhões de TEUs, 23% da capacidade da frota atual.

Os preços da construção naval aumentaram acentuadamente, cerca de 30% em média para navios de grande porte. Um neo-panamax de 15.500 TEU, por exemplo, custava cerca de US\$ 106 milhões no início do ano, mas no final de 2021 atingiu o preço de US\$ 155 milhões, afirma a Clarkson.

Apesar do mercado demandante, a velocidade dos navios caiu em cerca de 24% em relação aos níveis de 2008. Quase um quarto dos navios encomendados funcionará com combustíveis alternativos e cerca de 700 navios porta-contêineres estão agora equipados com pelo menos uma tecnologia de economia de energia.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 25/01/2022



MERCO SHIPPING DISPONIBILIZA O INFORMS TAMBÉM ATRAVÉS DE RSS

Agora ficou mais fácil acompanhar as notícias publicadas no InforMS. A publicação enviada diariamente está agora disponível em tempo real no formato RSS.

Para utilizar os recursos de “feeds” é necessário ter um software agregador de notícias instalado em seu computador. Basta inserir o link do arquivo XML do InforMS <http://www.mercoshipping.com.br/feed.xml> no seu agregador para receber as notícias.

Para obter maiores informações consulte as instruções constante no site da Merco Shipping (www.mercoshipping.com.br).

Fonte : InforMS
Data : 20/04/2006